



Boletim do IAC

Instituto de Apoio à Criança

Nº 60 ♦ ABRIL/JUNHO ♦ 2001 ♦ TRIMESTRAL



MEDIAÇÃO ESCOLAR

APROVEITANDO A EXPERIÊNCIA DO PASSADO, O IAC TRABALHA O PRESENTE, PREVENINDO SITUAÇÕES DE EXCLUSÃO NO FUTURO



ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

IAC APRESENTOU UMA "CONTRIBUIÇÃO" NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, ANALISOU A PROBLEMÁTICA E FEZ PROPOSTAS

P. 9

ACTIVIDADE LÚDICA

SECTOR REALIZA ENCONTRO NACIONAL DE LUDOTECÁRIOS

P. 5

CANDIDATURA DO IAC

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL VOTOU A CANDIDATURA DO IAC, ENTRE SETE ONG PORTUGUESAS, PARA A FEDERAÇÃO EUROPEIA PARA AS CRIANÇAS DESAPARECIDAS E SEXUALMENTE EXPLORADAS

P. 8

PROJECTO RUA

"ESCOLHA" É O NOME DE UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E INSERÇÃO DE JOVENS DE BAIROS VULNERÁVEIS E QUE TEM OBJECTIVOS COMUNS E SEMELHANTES DE ESTRATÉGIAS COM O PROJECTO RUA

P. 10

A CONCRETIZAÇÃO DA ACÇÃO

MANUEL COURINHO*

A sociedade está em constante mutação, tudo acontece muito depressa e nem sempre estamos preparados para responder adequadamente aos novos desafios.

No entanto, é bom lembrar que a mudança por si só não existe, só tem lugar porque cada um de nós, directa ou indirectamente, é autor das diversas alterações que aqui e ali vão surgindo nas diferentes áreas da vida humana.

Mas se reconhecermos que somos responsáveis pela mudança, que de uma forma geral perpassa pelas diferentes áreas da vida humana, temos igualmente que reconhecer que cada um de nós, quer a nível individual ou colectivo, tem o dever cívico de participar na procura de respostas alternativas, válidas aos problemas que vão surgindo e aos quais ainda não estamos aptos a responder.

Um dos problemas a que urge dar resposta é o da violência, que cada vez mais se manifesta na família, na escola e na sociedade.

Sabe-se que a violência sempre existiu, e por muito sensibilizados que estejamos, é um fenómeno com o qual ainda temos muita dificuldade em lidar, quer seja dentro das famílias, onde se transmite de geração em geração, quer na sociedade, onde atinge horizontalmente, directa ou indirectamente, cada um de nós.

É preciso reflectir sobre a melhor forma de lidar com a violência, é preciso não esquecer que a violência gera violência e que a melhor forma de a combater é a prevenção, mas para isso é preciso estarmos atentos às causas, à origem do fenómeno. Se nos detivermos aí o tempo necessário até conseguirmos intuir que estratégias podemos utilizar, certamente vamos no bom caminho.

UNIR ESFORÇOS,

Não é possível listar todos os factores que estão na origem da violência, mas é possível unir esforços e trabalhar em parceria, para diminuir este flagelo.

O Instituto de Apoio à Criança, que, como é sabido, tem actuado de uma forma pioneira em diferentes áreas não cobertas pelo Estado, rapidamente percebeu que a exclusão e o absentismo escolar eram indicadores de que algo não ia bem entre os mais novos: uns não se integravam por razões sociais, outros por razões psicológicas, outras por razões culturais, outros ainda porque o sistema directa ou indirectamente os excluía.

É tempo de pensarmos numa escola inclusiva, na qual todos os alunos sintam a escola como sua.

Através da mediação escolar, que se inscreve dentro da mediação social, que se faz dentro da escola, aproximamo-nos da ideia da escola inclusiva, da escola com todos, que considera a comunidade escolar como um todo, na qual todos participam e são respeitados na sua especificidade.

Com a mediação escolar, ou seja, com um real trabalho de parceria, consegue-se obter respostas

conjugadas, que se revelam eficazes na solução a um conjunto de problemáticas.

Este trabalho, que hoje começa a dar frutos, teve início na Escola Básica 2+3 Francisco de Arruda, em Lisboa, no ano lectivo 1996-1997, quando os animadores do IAC chegaram à escola para, a título experimental, testarem esta metodologia.

PROJECTO SIMPLES E AMBICIOSO

Este projecto é simples e ambicioso. Simples, porque se baseia na relação humana, no acompanhamento em tempo útil, na observação atenta, na intervenção, na acção e mudança, sem excluir nada nem ninguém, na articulação das parcerias. Ambicioso, porque acredita que tem um efeito multiplicador, repetindo-se cada vez em mais comunidades escolares, incluindo cada vez mais crianças e jovens.

Passado o período experimental de quatro anos e tendo em conta que se trata de uma boa prática na resolução de problemas ao nível da comunidade escolar, os animadores do IAC, porque trabalham em rede, passaram a contar com o incondicional apoio das associações de pais, Conselho Executivo, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Junta de Freguesia, Centros de Saúde, entre outras.

Com esta nova filosofia de inclusão e responsabilidade partilhada, nasceram os primeiros Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), instrumento privilegiado da mediação escolar, cuja acção hoje é fortemente solicitada pelas escolas.

Com esta experiência pioneira, encontrou-se nas escolas um espaço de debate de ideias, de negociação de regras, de partilha, no qual todos têm oportunidade de se sentirem integrados.

Por acção dos GAAF, o absentismo escolar diminuiu, a integração aumentou, a violência ficou mais controlada. A participação nos



BOLETIM DO IAC Nº 60
ABRIL/JUNHO 2001

director

Matilde Rosa Araújo

editores

Clara Castilho

Giselle Falcão

conselho editorial

Coordenadores de Serviços do IAC

colaboradores

Alexandra Simões

Amélia Bastos

Ana Isabel Carinhas

Arlindo Matos

Direct. Assoc. Pais

da Esc. Francisco de Arruda

Georgina Maia

Manuel Courinho

Manuela Eanes

Matilde Sirgado

edição

Instituto de Apoio à Criança

Largo da Memória, 14

1349-45 Lisboa

Tel. 213624755 - Fax 213624756

Endereço Internet

<http://www.iacriaca.pt>

concepção gráfica e produção

Joana Imaginário

fotótipos e impressão

Eligrafe

deposito legal

Nº 74 186/94

tiragem

3000 ex.

GAAF as famílias responderam presente, quando pareciam alheadas do papel e da importância da escola.

Todo este trabalho de prevenção tem na base de pirâmide a actuação permanente dos animadores, que, ao utilizarem esta metodologia de intervenção, testada com êxito pelo IAC e com os parceiros, passou a ser uma realidade dentro da escola (animadores de escola), no pátio (animadores de pátio) e na comunidade (animadores de comunidade).

A concretização prática desta ideia original que mobiliza uma rede alargada de pessoas e instituições funciona co-responsabilizando os parceiros já existentes, rentabilizando os seus recursos.



Aproveitando a experiência do passado, o IAC trabalha o presente, prevenindo situações

de exclusão no futuro.

*Psicólogo clínico, coordenador do SOS Criança.

ESCOLA C+S FRANCISCO DE ARRUDA

DEPOIMENTOS

O GAAF existe na Escola Francisco de Arruda desde há alguns anos, fruto da vontade e sentimento conjunto de algumas entidades, que se juntaram a uma mesa, para debater e achar a melhor forma de resolver vários problemas existentes na escola. Foram eles, o Conselho Directivo, o IAC e a Associação e Pais.

Esta foi a génese para a formação do GAAF, que visa obstar ao absentismo e abandono escolar, à prevenção das toxicodependências, ensinando a tolerância e a en-

treajuda, tendo em vista a formação de indivíduos que todos desejamos, sejam os nossos jovens no mundo de amanhã.

Para que um trabalho desta envergadura desse o resultado desejado foi necessária uma concertação entre parceiros, por forma a que cada um contribuisse com a sua cota de saberes, disponibilidade ou qualquer outro meio de colaboração. Para esse efeito foram também chamados a colaborar outros intervenientes, como Acção Social da CML, as juntas de freguesia, o

Centro de Saúde, o Instituto Português da Juventude e a Santa Casa da Misericórdia.

Esta foi certamente a primeira lição que o GAAF passou aos nossos jovens: todos juntos trabalhando com a mesma finalidade, cada qual contribuindo com o que tiver para dar, conseguimos fazer do GAAF um êxito que pouco a pouco se vai espalhando e levando os seus bons frutos onde fazem falta.

DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS

O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família nasceu a partir de um trabalho conjunto, iniciado em 1996/97, pela Escola, pelo IAC e pela Associação de Pais.

Com o alargamento da escolaridade básica de 6 para 9 anos, as escolas do 2º e 3º ciclos começam a debater-se com problemas sociais que até ali se tinham mantido fora dos seus portões: o absentismo e o abandono escolares.

O combate a estes problemas tornou-se uma prioridade e cedo se

entendeu que só um trabalho de equipa poderia surtir algum efeito.

Desde há quatro anos que esse trabalho em rede se tem vindo a desenvolver e, gradualmente, o leque de parceiros se tem alargado, consoante as necessidades de resposta aos problemas detectados.

Hoje em dia, a mediação escolar torna-se uma realidade indispensável na Escola Básica. O GAAF permite uma articulação harmoniosa dos esforços dos diversos mediadores (escola, pais, técnicos sociais,

centro de emprego, centro de saúde, autarquias, animadores de pátio, etc.) e tem vindo a dar os seus frutos: o absentismo e o abandono têm diminuído nos últimos quatro anos, a escola tem dado resposta e encaminhado, com a ajuda do GAAF, vários casos de alunos considerados muito problemáticos.

ARLINDO MANUEL MATOS
PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO

A INTIMIDADE DEVE SER RESPEITADA

GEÓRGINA MAIA*

A intimidade/privacidade de uma criança é uma necessidade e um direito dela: o direito a ter um mundo interior próprio, de pensamentos e afectos, que partilha com os outros quando deseja e o direito a ter o seu espaço respeitado por quem a rodeia e cuida, sobretudo no que se relaciona com o seu corpo.

Uma criança internada é tocada, despida, picada, vestida. O seu corpo parece já não ser propriedade dela e encontra-se, às vezes, exposto aos olhares de estranhos. A roupa é frequentemente sentida pelas crianças como uma protecção. Por isso, quando um técnico de saúde se aproxima de uma criança deve sempre lembrar-se de respeitar a sua privacidade e reflectir sobre qual será o melhor modo de não lhe suscitar angústia ou de esta ser a menor possível, quando inevitável.

Excepto em circunstâncias especiais, a roupa deve-lhe ser retirada pela mãe ou seu substituto e só as peças necessárias. Há crianças que adoram estar despidas, mas mesmo estas normalmente gostam disso em situações em que não sentem a ansiedade que se vive à sua volta e que é natural em qualquer familiar acompanhando uma criança doente.

Em relação à sua intimidade, é necessário aceitar e compreender os seus pensamentos e sentimentos negativos, isto é, que ela possa sentir-se triste, zangada, decepcionada e sem esperança, o que acontece, sobretudo, nas hospitalizações mais prolongadas e em situações clínicas mais graves.

A duração do tempo para uma criança é diferente da de um adulto: um dia pode parecer-lhe uma semana, uma semana um mês. É evidente que a noção do tempo varia com a idade da



criança, mas a regressão que a doença origina põe frequentemente todas as crianças impacientes. Os técnicos de saúde que a cuidam podem manifestar disponibilidade para que a criança lhes fale sobre o que a preocupa, mas deixando claro que ela só o fará se o desejar.

Uma criança hospitalizada precisa de ser envolvida por palavras e

atitudes tranquilizadoras para ajudar a diminuir a ansiedade que a situação de doença e hospitalização lhe provocam, agravada quando existe necessidade de manobras de diagnóstico ou terapêuticas invasivas.

A compreensão e o carinho devem manter-se mesmo quando a criança apresenta atitudes negativistas,

de oposição, ou, no sentido contrário, de retirada, encolhida sobre si própria. Geralmente estas atitudes têm origem em angústias intensas e, por isso, necessitam ainda mais de ser tranquilizadas, sem lhe transmitir a imagem de criança "má" porque não colabora com o que é pretendido dela mas sim de que se compreende o seu medo.

* Pedopsiquiatra (Departamento de Pedopsiquiatria do Hospital Dona Estefânia — Clínica da Juventude), membro do Grupo de Apoio Técnico do Sector de Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança (IAC).

REUNIÕES DO SECTOR DE HUMANIZAÇÃO

Realizou-se no dia 12 de Maio uma reunião no Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, com 27 participantes convidados pelo grupo coordenador do sector, para reflectir em conjunto e debater sobre qual a possível estrutura e temas a incluir no Encontro "Os direitos da criança ... a criança e os direitos", organizado por este Sector e a realizar em Janeiro próximo. Estiveram presentes enfermeiros, juristas, médicos, assistentes sociais, psicólogos. Foram debatidos vários temas ligados à criança em questões relacionadas com a legislação e a aplicação ou não dos direitos da criança na área da saúde, tais como a situação dos centros de acolhimento e dos centros de emergência; a dificuldade de articulação entre serviços e diferentes patamares de intervenção e as atitudes dos profissionais. Irão realizar-se pequenas reuniões como esta, ainda a agendar, de grupos de trabalho para organizar o referido Encontro.

Numa outra reunião de apresentação do Sector, representado pela enfermeira Dias Felício, do Grupo Coordenador do Sector para a Escola Superior de Enfermagem de Leiria, foi divulgada, no dia 20 de Abril, a Carta da Criança Hospitalizada.

IAC SELECIONADO ENTRE SETE ONG

ALEXANDRA SIMÕES*

Decorreu no dia 4 de Maio o lançamento oficial da Federação Europeia para as Crianças Desaparecidas e Sexualmente Exploradas, em cerimónia que teve lugar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, sob o patrocínio da presidente do Parlamento, Nicole Fontaine, e do eurodeputado português António Vitorino, em colaboração com o Gabinete de Informação do Parlamento. Os membros da Federação são exclusivamente ONG europeias que trabalham no campo do desaparecimento e exploração sexual de crianças.

A iniciativa para a Federação surgiu em Junho de 2000, na conferência de Bolonha (Itália), com o intuito de facilitar a comunicação entre as ONG envolvidas, sensibilizar as nações e a Europa a juntar esforços para influenciar a agenda política em prol destas temáticas.

A Federação agirá apenas no interesse da criança e pretende desenvolver e estimular iniciativas para melhorar a situação das vítimas de desaparecimento e exploração sexual, bem como alterar bases legais, mentalidades e comportamentos.

Os membros da Federação Europeia para as Crianças Desaparecidas e Sexualmente Exploradas são 12 ONG, a saber: Nadace Nase Dit-Our Child Foundation (República Checa), La Nouvelle (França), APEV-

Aide aux Parents d'Enfance Victimes (França), Foundation pour l'Enfance (França), The Smile of the Child (Grécia), Kék Vonal (Hungria), Aurora (Itália), Telefono Azzurro (Itália), Nobody's Children Foundation (Polónia), Action contre la Pornographie Infantile (Espanha), National Missing Persons Helpline (Reino Unido).

Os membros elegeram, de entre os vários países da Europa, ONG congéneres para se juntarem à federação. Os candidatos eram: 147-Rat and Graht (Áustria), Thara Center (Dinamarca), Elterninitiative Vermisste Kinder (Alemanha), Weisser Ring (Alemanha), Irish Society for the Prevention of Cruelty to Children (Irlanda), Itaka Foundation (Polónia), IAC (Portugal), Childline (Reino Unido).

A candidatura foi votada na sessão da tarde. Destaque para o facto de a IAC ter sido a única ONG portuguesa seleccionada de entre sete da lista que o Instituto de Desenvolvimento Social organizou, a pedido do eurodeputado António Vitorino e do conselheiro português na Bélgica, Mário Damas Nunes. É ainda de salientar a importância da presença da IAC em encontros internacionais, principalmente quando o seu trabalho no âmbito da promoção e direitos da criança é reconhecido por entidades exteriores, como transparece na formulação deste convite.

Agora dotada de 20 membros, a

Federação estabeleceu a sua missão: agir independentemente, baseada apenas na Convenção dos Direitos Humanos; facilitar a comunicação entre as organizações que trabalham nesta área; juntar esforços; sensibilizar a opinião pública para o problema das crianças desaparecidas e exploradas sexualmente; desenvolver iniciativas para melhorar a situação das vítimas de desaparecimento e exploração sexual; alterar mentalidades, comportamentos e molduras legais/penais; centralizar a informação e documentação numa base de dados a criar para o efeito; estimular a criação da Unidade Europeia de Centralização de Informação.

A recém-criada Federação deliberou ainda: solicitar aos governos nacionais a colocação do assunto nas agendas políticas nacionais; recolher informação sobre o assunto; suportar iniciativas nacionais e colaborar com as ONG nacionais que operam na área e solicitar às instituições europeias para recolher informação sobre as suas organizações nacionais. A Federação será financiada por uma comissão de elementos de vários países (embaixadores, conselheiros, eurodeputados) que tem como função organizar fundos/donativos para a Federação, para além da quota anual de 100 euros, e reunir-se-á anualmente em Bruxelas.

* SOS Criança

FÓRUM NA UNIVERSIDADE DO MINHO

POLÍTICAS DE PROTECÇÃO E CIDADANIA

A 14 de Maio, na Universidade do Minho, em Braga, realizou-se o Fórum Criança: Políticas de Protecção-Políticas de Cidadania, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança e pelas deputadas do distrito de Braga integradas na Comissão Parlamentar para a Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família, da Assembleia da República. Maria João Malho, das Acções de Ligação à Comunidade, participou no painel "Metodologias de Intervenção na Infância", com uma comunicação sobre "O papel das ONG e das parcerias locais na

intervenção de rua".

O Fórum Criança: Políticas de Protecção-Políticas de Cidadania destinou-se a investigadores e membros da comunidade científica do campo interdisciplinar dos estudos das crianças, e a todos os profissionais que intervêm nos mundos sociais da infância que desejassem participar nos trabalhos.

A presença de investigadores, membros das instituições, ONG e outros agentes envolvidos na intervenção junto das crianças entre os conferencistas corporizou a intenção de fazer convergir a re-

flexão e a investigação científica com a intervenção, em ordem à construção participada de propostas políticas orientadas para o melhor interesse das crianças.

A participação das crianças foi considerada nas conferências e debates, mas teve um especial momento com o concerto de uma orquestra juvenil a encerrar os trabalhos. No distrito mais jovem de Portugal, a participação activa das crianças constitui uma condição para a edificação de uma sociedade com uma infância mais protegida e mais feliz.

UMA ANÁLISE DA ZONA OCIDENTAL DE LISBOA

As Acções de Educação à Comunidade têm vindo a apoiar estudos, pesquisas que têm como análise central a criança, seus contextos de vida e os espaços que as rodeiam. Neste âmbito, vimos dar conhecimento da pesquisa Professora Doutora Amélia Bastos, onde de modo muito sucinto se dá conta da problemática analisada na sua tese de doutoramento sobre pobreza infantil e que teve a ajuda directa dos Voluntários Jovens das Acções de Educação à Comunidade no levantamento dos dados para a recolha de dados.

Foi recentemente apresentada uma tese de doutoramento no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, sobre a problemática da pobreza infantil, intitulada "Pobreza Infantil - Ensaio de Conceptualização e Mediação com Aplicação a uma Zona Urbana em Portugal".

Neste trabalho de investigação procura-se analisar a criança enquanto unidade estatística e não como mera parcela da família. Esta é aliás a linha de investigação prosseguida por recentes trabalhos sobre a criança, nomeadamente na área da sociologia da infância.

Neste contexto são discutidas questões que se prendem com a conceptualização do fenómeno em análise, sua quantificação e com a definição de um primeiro quadro explicativo do mesmo.

A parte empírica desta dissertação foi realizada em quatro freguesias da zona ocidental de Lisboa: Ajuda, Alcântara, S. Francisco Xavier e St. Maria de Belém. Trata-se de uma zona pouco estudada no âmbito da pobreza, mas onde existem significativas bolsas de pobreza e onde o problema da pobreza infantil se coloca com uma significativa acuidade.

A análise das condições de vida da população infantil desta área teve por base os resultados de um inquérito aplicado a uma amostra de 184 crianças do 1º ciclo das escolas oficiais das freguesias em estudo.

De acordo com o inquérito realizado, cerca de metade das cri-

anças inquiridas podem ser consideradas como pobres. A Ajuda é a freguesia onde existe uma maior proporção de crianças pobres, em oposição a S. Francisco Xavier. Este cenário repete-se no que concerne à intensidade da pobreza infantil, demarcando-se mais uma vez a freguesia da Ajuda como aquela onde o fenómeno se parece revelar com maior gravidade.

Uma análise da pobreza infantil do ponto de vista da privação de determinados consumos essenciais ao bem-estar da criança mostrou que mais de metade das crianças pobres registam níveis intermédios de privação, sendo de 15 por cento a proporção de crianças que apresentam níveis elevados de privação ou seja de condições de vida mais precárias.

Ainda no domínio da privação, registou-se a importância significativa das condições de habitação, que parecem constituir um dos domínios de privação mais significativos.

A investigação desenvolvida mostrou que as crianças provenientes de famílias pobres estão em particular desvantagem relativamente às restantes. A rua, o isolamento em casa ou o cuidado de algum parente mais velho caracterizam a infância de muitas destas crianças. A sua maioria encontra-se particularmente fragilizada perante o sistema de ensino, devido a factores tais como escassez de recursos dos pais, sentimento de ex-



clusão social dos seus responsáveis, fraco estímulo à educação e inexistência de hábitos culturais. No que diz respeito à saúde, trata-se geralmente de crianças que apresentam um desenvolvimento aquém dos níveis normais sendo cuidados médicos de rotina e com diversas carências de carácter alimentar.

Uma vez que a escolarização condiciona fortemente a inserção na vida activa, principal forma de integração social da sociedade moderna, é necessário criar um conjunto de incentivos à escolarização das crianças pobres. Tais apoios deverão cobrir aspectos de natureza material, social e de combate ao insucesso escolar. O carácter marcadamente monolítico do sistema educativo vigente em nada contribui para a escolarização destas crianças.

Ao nível da habitação, talvez o principal domínio de carência das crianças analisadas, consideramos que seria importante tomar medidas relacionadas com a erradicação dos bairros de *habitat* degradado, onde se incluem alguns bairros de realojamento. Estes últimos funcionam como guetos e dispõem de infra-estruturas de qualidade duvidosa. Em nossa opinião, o realojamento das famílias pobres em bairros de habitação social deveria estimular a sua integração e contribuir para desenvolver sentimentos

de auto-estima e valorização.

Ainda no domínio da habitação e relativamente aos bairros de reatamento, assumem particular importância, no âmbito desta pesquisa, a construção de espaços de lazer para as crianças. Tais espaços permitem uma vivência saudável do lúdico, contribuindo positivamente para o desenvolvimento das crianças. Adicionalmente, a melhoria generalizada das condições de habitação tem com certeza benefícios sobre a escolaridade e saúde destas crianças.

No domínio da saúde, julgamos que será importante desenvolver campanhas de informação sobre cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação, uma vez que estas parecem ser as áreas do maior carência das crianças pobres, nesta área.

Por último, relativamente à inserção social, consideramos que seriam do privilegiar os contactos destas crianças com meios distintos daqueles em que vivem, através de visitas de estudo ou colónias de férias, por exemplo.

O trabalho desenvolvido recentemente na Ajuda no domínio da saúde através do respectivo Centro de Saúde e da Junta de Freguesia na ocupação dos tempos livres das crianças mostram a importância das comunidades locais no combate à pobreza infantil. Em nosso entender, este combate exige o envolvimento do Estado, enquanto entidade reguladora, das instituições de carácter local e da sociedade civil em geral. A diversidade de expressões da pobreza infantil e da pobreza em geral exige um acompanhamento *in loco* das situações, privilegiando-se assim uma concepção de desenvolvimento local.

Debelar a pobreza infantil é, quanto a nós, um dever social, uma vez que a persistência deste problema traduz uma forte injustiça e alimenta a transmissão intergeracional da pobreza.

SECRETARIA-GERAL DO IAC CESSA FUNÇÕES OBRIGADO, MANUELA NOGUEIRA



Manuela Nogueira, cessou funções no IAC. De 1991 a 2001 assumiu diversos cargos directivos, tarefas que desempenhou com a maior competência, profissionalismo e dedicação, tendo dado um contributo fundamental para o crescimento e modernização dos serviços.

A sua acção foi particularmente relevante nos diferentes projectos do IAC, nomeadamente nas áreas do SOS-Criança, Actividade Lúdica, Acções de Ligação à Comunidade, Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança no sector da Saúde, Trabalho de Rua com Crianças em Risco, Centro de Documentação e Publicações.

Fra assessora principal do Ministério da Educação, em regime de destacamento no IAC.

Salientamos a grande capacidade de organização e o mais alto sentido de responsabilidade que pôs sempre no trabalho relativo aos diferentes seminários da iniciativa do IAC, a nível nacional e internacional, assim como o acompanhamento de estágios de várias

universidades e institutos superiores e a preparação anual do Plano de Actividades e do Relatório de Actividades do Instituto de Apoio à Criança.

É de inteira justiça realçar a excepcional relação humana de Manuela Nogueira com os diversos responsáveis e os trabalhadores do Instituto, o que constituiu um poderoso catalisador para a existência de um saudável ambiente de trabalho com os melhores reflexos no funcionamento e produtividade dos serviços.

É com saudade que sentimos o vazio da sua presença diária nesta casa. Muito nos ensinou, muitas sementes deixou. Acreditamos que os que ficam, e os que virão, saberão continuar na mesma via. Acreditamos que podemos continuar a contar com o seu contributo e com o seu calor humano.

AMÉLIA BASTOS

Instituto do Ambiente e Consumo
Universidade Tecnológica de Lisboa

ENCONTRO NACIONAL DE LUDOTECÁRIOS

O Sector da Actividade Lúdica do IAC realizou um encontro a nível nacional para ludotecários, que teve lugar em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, dia 5 de Abril.

Este Encontro foi orientado pelas coordenadoras do Sector, Natália Pais e Leonor Santos, e reuniu profissionais de diferentes áreas relacionadas com o lúdico, nomeadamente responsáveis e técnicos de ludotecas em todo o país. O objectivo de reflexão conjunta sobre o ponto de situação do funcionamento das ludotecas e a partilha de saberes e dúvidas comuns foi concretizado e conseguido, pelo que o balanço final deste encontro foi positivo, ficando a proposta de que são necessários mais encontros desta natureza com regularidade e também que ainda há muito por debater e esclarecer.

Foi abordado o 9º Congresso Internacional de Ludotecas que se realizará de 13 a 17 de Maio de 2002, tendo havido várias propostas por parte dos participantes de locais para a sua realização. Uma das conclusões deste encontro foi a de que como não existe uma legislação específica para ludotecas, o seu funcionamento varia muito de espaço para espaço e talvez fosse importante que um grupo de pessoas experiente no assunto criasse um conjunto de normas e regras gerais que pudesse orientar os profissionais que trabalham nos espaços, pois há ainda muitas dúvidas e divergências básicas. A dificuldade de uniformizar estas regras está no facto de que as ludotecas são espaços dependentes de instituições ou entidades estatais, o que implica que cada uma tenha de se reger de acordo com essa entidade responsável e com as suas limitações e funcionamento.

Foi distribuído aos participantes a listagem de ludotecas do SAI, que vai sendo actualizada à medida que se recebe novos dados.

Estiveram presentes 35 pessoas, maioritariamente educadores, pro-



fessores e animadores da área de Lisboa e arredores. Também estiveram representadas outras zonas do país, tais como Coimbra, Redondo, Batalha, Caminha, Alfândega da Fé, Algarve. Muitos dos participantes eram os coordenadores dos espaços (cerca de 20) e os restantes eram ludotecários. A maioria das ludotecas representadas eram fixas, comunitárias, embora também estivessem itinerantes, de escola, centros lúdicos, ludotecas de associações e ludotecas/bibliotecas.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO

O Sector Actividade Lúdica realizou em Maio, nos dias 14, 15 e 16, a acção de formação "As sombras, o jogo e a fantasia". Esta acção foi orientada por Fernanda Dias, educadora de infância, com CESE em Teatro e Educação.

Dirigida a ludotecários e bibliotecários, na Câmara Municipal da Batalha, realizou-se, de 18 a 20 de Abril uma acção de formação com os seguintes objectivos: abordar de forma aprofundada os conceitos pedagógicos do Sistema de Catalogação de Jogos e Brinquedos — ESAR e desenvolver métodos e técnicas de utilização deste sistema.

A definição dos conceitos psi-

copedagógicos do sistema ESAR, a exploração das facetas do sistema e análise de jogos e brinquedos foram alguns dos conteúdos abordados.

A acção contou com cerca de 10 participantes de bibliotecas e ludotecas de, entre outros locais, Caminha, Vouzela, Redondo, Armamar, Castelo Branco, Alfândega da Fé, na maioria bibliotecários e educadores de infância.

Esta acção foi organizada conjuntamente pelo Sector Actividade Lúdica e pelo Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian e orientada por Leonor Santos, coordenadora do Sector Actividade Lúdica do IAC, e por Armando Fernandes (Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian).

Nos dias 8, 9 e 10 de Maio realizou-se nova acção de formação para bibliotecários e ludotecários na Câmara Municipal de Caminha, organizada pelo Serviço Bibliotecas da FCG e SAL do IAC. Diferentes temas foram abordados, entre os quais: organização e funcionamento de ludotecas nas bibliotecas; conceito de ludoteca numa biblioteca; os jogos, os livros e os brinquedos; as estruturas culturais.

Nesta acção, orientada por Leonor Santos e Armando Fernandes, participaram cerca de 30 profissionais e responsáveis de bibliotecas e ludotecas da Batalha, Vouzela, Oliveira de Azeméis, Bragança, Trancoso, Mação, Redondo, Alfândega da Fé, Melgaço, Armamar, Castelo Branco. A maioria dos participantes eram bibliotecários, embora também estivessem educadores de infância e professores.

Dentro das actividades do Sector, Natália Pais e Leonor Santos, participaram, a 6 e 7 de Abril, na IV Conferência da Fundação Marquês de Pombal, intitulada "As Ludotecas: brincar, aprender, ocupar o tempo livre". A 17 de Abril, Leonor Santos orientou uma reunião sobre projectos de ludotecas para ludotecários em Castelo Branco.

IAC APRESENTA CONTRIBUIÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Na Assembleia da República, a 21 de Maio, o IAC, através dos seus técnicos Ana Perdigão, Maria João Pena e Manuel Continho, reuniu-se com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Da ordem de trabalhos fez parte o tema "Audições sobre diplomas referentes ao 'crime de abuso sexual de crianças' e 'crime de conduta de quem for encontrado na posse de fotografias, filmes ou gravações pornográficas envolvendo menores de 14 anos'".

Também apresentaram as suas opiniões sobre estas questões a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e Dulce Rocha.

O IAC entregou uma "Contribuição", Abuso Sexual de Crianças — Crime de Natureza Pública ou Semipública, em que analisou esta problemática e fez propostas. Destle documento transcrevemos algumas partes.

"O abuso sexual de crianças é um fenómeno muito complexo que não se pode reduzir a uma única causa; nele deve ser tido em conta a multiplicidade de factores que se interpenetram entre si.

É considerado abuso sexual a participação de crianças/adolescentes dependentes e inaturas em actividades sexuais que não compreendem completamente, que não desejam e que violam os princípios sociais atribuídos aos papéis familiares.

O abuso sexual pode ir desde o

telefonema obsceno, exibicionismo, voyeurismo; toque em zonas de claro significado sexual, até à utilização de crianças em fotografias pornográficas; ao coito ou tentativa de coito; violação, incesto ou prostituição infantil.

Embora existam algumas nuances entre as diversas definições de abuso sexual, todas subentendem duas constantes: a utilização de uma pessoa por outra, neste caso de uma criança por alguém mais velho; o carácter violento do acto.

(...)

Não podemos continuar a permitir que as situações de abuso sexual se liquem por processos tutelares e raramente passem a processos criminais, principalmente quando o abusador é um elemento da família.

Há que ter em conta que a criança do presente determinará a família do futuro e o futuro da criança de amanhã.

Não nos podemos esquecer que a pior pena a que podemos condenar uma criança abusada é a de não condenar o abusador. O abuso sexual envolve crianças e adolescentes que são seres humanos dependentes, mas com direitos próprios, que a sociedade não pode nem deve impedir que sejam exercidos, por eles próprios ou por alguém em seu nome.

Uma criança abusada não pode ter sobre os seus ombros e em simultâneo o estatuto de vítima e de acusador. Tudo se agrava quando o abuso é intrafamiliar, em que há laços afectivos, ou de dependência, pois a lealdade proveniente

dos laços e a impossibilidade de se libertar dela no imediato podem gerar sentimentos de ambivalência relativamente ao abusador.

PROPOSTA DO IAC

Na defesa dos superiores interesses da criança e porque o abuso sexual de crianças é uma das piores formas de mau trato, que põe em causa os valores mais importantes da vida em comunidade, propomos:

1. Que deva ser considerado crime público todo o abuso sexual que incida sobre menores de 14 anos de idade, inclusive;

1.1. Entre os 14 e os 16 anos de idade, inclusive, o Ministério Público poderá abrir procedimento criminal sempre que o interesse do menor o imponha.

1.2. Sempre que se trate de uma pessoa com debilidade mental, deverá ser considerado crime público até aos 18 anos de idade. Dos 18 anos de idade em diante, deverá ser tido em consideração o interesse da vítima.

2. Os abusadores devem receber obrigatoriamente, para além da pena a que foram condenados, tratamento psicológico e/ou psiquiátrico, por si custeado.

3. O autor da denúncia, se assim o entender, poderá ter possibilidade de não ser referido no processo.

4. As situações de abuso sexual a crianças devem ter prioridade sobre quaisquer outras."

ADELINA ODETE

Faleceu, no passado dia 18 de Junho, Adelina Odete Marques, coordenadora do Projecto Rua.

Ficará sempre lembrada como alguém que ajudou a caminhada de muitas crianças e jovens a terem uma vida nova, onde sejam consideradas como pessoas, com a sua

dignidade própria e com mais afecto e compreensão.

Com toda a sua capacidade, profissionalismo e generosidade, sonhou e tornou realidade um Projecto novo de mudança de vida de crianças e jovens que se encontram marginalizadas. Crianças que

também têm direito a ter uma família, direito a educação, à profissão, para que se sintam mais vocacionadas. Que também têm direito a serem mais felizes, mais úteis, mais respeitadas e amadas.

PROJECTO RUA E PROGRAMA ESCOLHAS INTERESSE COMUM

A Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco promoveu um *workshop*, no dia 26 de Janeiro do corrente ano, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNLC), com o objectivo de criar um espaço de reflexão, discussão e identificação de factores conducentes a trajetórias e carreiras de práticas que têm vindo a ser consideradas como marginais.

Esteve presente um grupo de pessoas que a esta temática se têm dedicado, na sua vida pessoal e profissional. Em representação do Instituto de Apoio à Criança, participou a coordenadora-geral do Projecto Rua, Matilde Sirgado.

Este encontro de trabalho teve como ponto de partida para a reflexão a divulgação do Programa "Escolhas" — um programa de prevenção da criminalidade e inserção dos jovens dos bairros mais vulneráveis dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, elaborado pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, e aprovado em resolução do Conselho de Ministros nº 4/2001.

A sociedade portuguesa, de forma generalizada, considera que as crianças e jovens que estão tendencialmente na rua constituem uma das principais causas de "insegurança dos cidadãos".

Assim, coube ao Estado, perante este problema social, dar uma dupla resposta. Por um lado, uma resposta reactiva de oferecer à sociedade segurança e aplicar aos jovens que praticam crimes medidas tutelares, se necessário detentivas. Por outro lado, uma resposta proactiva de prevenção da delinquência juvenil e inserção dos jovens que potencialmente se encontram na caminhada da marginalidade e exclusão.

É neste contexto que o referido programa, apresentando-se como uma resposta proactiva de prevenção da criminalidade juvenil (...) "assenta na realização de actividades que estimulam o desen-

volvimento pessoal dos jovens e no desenvolvimento da comunidade onde se inserem e pretende desenvolver uma intervenção imediata, selectiva (jovens com mais de 12 anos e bairros urbanos mais vulneráveis) integrada (inter-institucional e interdisciplinar) e em parceria, através do qual, mais do que promover novas intenções, se procurará fazer convergir para o mesmo plano um conjunto de iniciativas, intervenções e recursos já existentes, por forma a contribuir para a sua optimização e rentabilização" (...) ["Diário da República", nº 7 1B Série, 9 de Janeiro de 2001.]

TRÊS OBJECTIVOS

O programa identifica três objectivos centrais — formação pessoal e social, formação escolar e profissional e formação parental.

Conscientes de que uma intervenção desta natureza só poderá ser globalmente coerente se preconizar estratégias de envolvimento activo dos jovens na (re)construção das suas relações com o meio envolvente, o programa apresenta as seguintes estratégias: mediação social; ocupação de tempos livres (enquanto forma de motivar a participação dos jovens); participação comunitária.

Como é do conhecimento geral, o Instituto de Apoio à Criança implementou em 1989 o Projecto Rua, desencadeando assim uma intervenção junto de crianças de rua existentes na cidade de Lisboa. Consciente da gravidade e complexidade da situação, dedicou-se com grande empenho e afectividade à sua "recuperação" e integração nas suas famílias e comunidades de residência. Ao longo dos 11 anos de existência, a intervenção passou da criança à comunidade, do trabalho de rua ao desenvolvimento comunitário.

Neste momento, é importante realçar o interesse comum do Projecto Rua com o Programa Escolhas: a prevenção da criminalidade juvenil e a inserção dos jovens nas

suas comunidades de residência; assim como a semelhança de estratégias já aplicadas pelo Projecto Rua, com aquelas propostas pelo novo programa.

Nesta época de ventos de mudança, também o Projecto Rua, face à experiência já adquirida ao longo destes anos, adequou a sua intervenção, alargando a sua equipa de intervenção na Comunidade de Fuga, abrangendo novas zonas e aplicando novas e inovadoras metodologias de intervenção.

Apresenta-se agora, no contexto das novas políticas sociais, como uma intervenção de primeira linha, no local de fuga das crianças e jovens em causa — a cidade de Lisboa.

O Programa Escolhas apresenta-se nos, assim, como uma intervenção em parceria, como estrutura de retaguarda, que potenciará e concretizará complementarmente a intervenção iniciada e desencadeada pelas nossas equipas de rua multidisciplinares, onde, através de uma intervenção de educação em regime aberto, promovem uma relação personalizada, aplicam técnicas de treino de competências pessoais e sociais, desencadeiam o desejo de mudança e motivam a construção de projectos de vida saudáveis.

Deste modo, o Programa Escolhas, através do trabalho em parceria, baseado no partenariado contratualizado, no trabalho concertado e articulado, entre os diversos parceiros com um interesse comum (com base na complementaridade e co-responsabilidade), poderá dar continuidade, nos bairros de proveniência das crianças de rua, ao processo de "recuperação" e integração das crianças e jovens de rua, iniciado pelo Instituto de Apoio à Criança — Projecto Rua.

Nasce uma nova fase... e novas esperanças.

— No dia 21 de Abril, na Escola Secundária Marquês de Pombal, realizou-se um convívio desportivo entre crianças, jovens e famílias. Este encontro desportivo foi organizado e dinamizado pelo Projecto "Crescer entre nós".

— No dia 23 de Abril, Manuel Coutinho foi entrevistado no programa Hora Viva, sobre pedofilia e abusos sexuais, na RTP 1. No dia 26, deu uma entrevista sobre o SOS-Criança à revista *Mamãs e Bebês*. Em Maio, no dia 25, deu uma

entrevista sobre "Acidentes" à revista *Focus*.

— No dia 24 de Abril, Ana Jorge, do Grupo Coordenador do Sector da Humanização do IAC, apresentou uma comunicação no colóquio "Prevenção para a Saúde", no Instituto Português da Juventude, no âmbito da Prova de Aptidão Profissional intitulada "Um sorriso para a Saúde", de duas alunas finalistas do curso de Animador Sociocultural do Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra.

— 29 crianças que frequentam o ATL da Associação de Protecção às Crianças da Ajuda realizaram, a 4 de Maio, no Jardim Botânico da Ajuda, actividades lúdicas com jogos de identificação de plantas anteriormente estudadas, animação de uma história sobre pavões, desenhos e filmagens para posterior amostragem às famílias. Este trabalho tem vindo a ser dinamizado por quatro alunas do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, no âmbito da disciplina de Animação Comunitária e com o enquadramento das Acções de Ligação à Comunidade.

— No dia 6 de Maio, na Maternidade Alfredo da Costa, Manuela Eanes foi a "Madrinha" do Dia da Mãe, acção organizada pela Associação de Dinamização da Baixa Pombalina, que contemplou a primeira mãe do dia com ofertas variadas.

— A 11 e 12 de Maio, realizaram-se as III Jornadas Pedagógicas sobre "Perspectivar a Educação — Olhares Europeus sobre a Educação", organizadas pela Escola Superior de Educação de Santa Maria, do Porto, onde esteve presente Fernando Carvalho, das Acções de Ligação à Comunidade.

— O 4º Encontro "Dar Voz às Crianças da Ajuda" teve lugar no dia 16 de Maio, no Anfiteatro da Faculdade de Medicina Veterinária, da Universidade Técnica de Lisboa, na Ajuda. 230 crianças das várias instituições socioeducativas da freguesia mais uma vez falaram dos seus anseios e mostraram tra-

REDE EUROPEIA DE ACÇÃO SOCIAL PROJECTO LEONARDO

No âmbito da Rede Europeia de Acção Social (ESAN), tem estado em curso o Projecto Leonardo Da Vinci, o programa de acção para uma política de formação profissional na União Europeia.

Os objectivos deste projecto são: apoiar e complementar as actividades nos Estados da União Europeia para melhorar a qualidade das políticas e práticas de formação, e desenvolver projectos de cooperação transnacional que promovam a inovação/formação dos países participantes e divulguem o que há de melhor em cada um deles.

Os parceiros envolvidos neste projecto foram: Erne Enterprise Development CO (Irlanda), Focus Housing Group (Reino Unido), Instituto de Apoio à Criança-Projecto Rua Em Família para Crescer (Portugal), OMNI-NOR (França) — através dos quais decorreram vários intercâmbios e visitas ao longo deste ano.

Nos dias 26, 27 e 28 de Janeiro o grupo de parceiros deslocou-se a Ballyshannon, na Irlanda, onde decorreu a visita e troca de experiências com a Erne Enterprise. Como representante do IAC-Projecto Rua esteve Ana Isabel Carichas. Nos dias 16, 17 e 18 de Fevereiro concretizou a visita a Birmingham à Focus Housing Group e como representantes do

IAC-Projecto Rua estiveram Matilde Sirgado e Ana Isabel Carichas.

No mês de Março, entre os dias 22 e 24, foi Portugal que recebeu o grupo de parceiros do Projecto Leonardo.

Sendo o acompanhamento social no âmbito da formação profissional e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, o pano de fundo deste projecto foi produzido por todas as entidades envolvidas um documento acerca do "Acompanhamento social" em cada um dos países envolvidos. A finalidade é comparar metodologias e experiências vividas, apontando conclusões e propostas de acção face a resultados positivos já unificados em determinados contextos.

Nos dias 12 e 13 de Maio decorreu em Bruxelas a Assembleia Geral ESAN, estando o IAC-Projecto Rua representado por Isabel Carichas.

Foi este o momento de se fazer o balanço desta experiência tão enriquecedora e positiva junto dos vários membros do ESAN.

O grupo está nesta fase a elaborar o relatório final do projecto, que deverá ser entregue à Comissão Europeia em Junho de 2001.

ANA ISABEL CARICHAS

PROTOCOLOS DO IAC

No âmbito do Projecto Trabalho com Crianças de Rua — Em Família para Crescer, o IAC estabeleceu, em 10 de Maio último, um protocolo de colaboração com a Comissão Instaladora do Município de Odivelas que contempla princípios gerais de colaboração no quadro de desenvolvimento de

actividades daquele projecto.

Um outro protocolo, entre a Media 1881 e o IAC, foi estabelecido. Trata-se do benefício de uma parte das receitas resultantes das televidas do CD "Bíblia Sagrada — Novo Testamento", editado por aquela empresa e divulgado pela TVI e RTP Internacional.

balhos. Há já disponível no Centro de Documentação do IAC documento ilustrado dos encontros realizados.

Manuela Lanes esteve presente no lançamento do programa "Uma Árvore para Toda a Vida", organizado pela Câmara Municipal de Grândola, no dia 5 de Junho.



A 16 de Maio, Fernando Carvalho, das ALC, esteve presente no encontro "Os Desafios do Voluntariado para a Cooperação", organizado pela Plataforma Portuguesa das ONG, que se realizou em Lisboa.

Nas jornadas sobre políticas sociais para a infância, promovidas, no dia 17 de Maio, pela Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Roque Martins fez uma intervenção sobre "Mediação Escolar — Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família". Maria João Pena, no dia 18 de Maio, participou nas mesmas jornadas.

De 16 a 18 de Maio decorreram as XV Jornadas de Política Social "Políticas de Protecção à Infância: Esboçar um Futuro!", no ISCSP, em que Matilde Sirgado foi convidada a proferir uma prelecção sobre "Novas

formas de pensar a família".

Sónia Valente e Alexandre Graça participaram no 7º Fórum "O Animador social/Um actor de (re)socialização", no IPJ, no Parque das Nações, nos dias 21 e 22 de Maio. Organizado pela Escola Técnica Psicossocial de Lisboa, teve como principais temas: "A marginalização social — Que respostas? Que tipos de intervenção — Redução de Riscos — Nova área de intervenção do animador social".

18º ANIVERSÁRIO DO IAC

Vai realizar-se, no dia 11 de Julho, às 18 horas, no auditório do novo edifício da Assembleia da República, uma sessão comemorativa do 18º aniversário do IAC.

Dignam-se presidir à sessão o presidente da Assembleia da República e o primeiro-ministro.

Graça Machêl proferirá uma conferência sobre "Protecção à Infância — Progressos e Desafios".

EDITORIAL

Há 18 anos foi criado o Instituto de Apoio à Criança, com o objectivo fundamental do desenvolvimento integral da criança e a defesa dos seus direitos, procurando em cada momento ser a Voz que chama a atenção, pressiona, actua, realiza acções que ajudem a que mais crianças vivam com alegria o tempo de ser crianças.

O IAC defende a construção de uma política global para a infância, numa articulação concertada a nível interdepartamental e interdisciplinar, não apenas na defesa dos direitos civis, mas também os económicos, culturais, sociais e até o direito a um ambiente sano, onde a criança possa crescer e desenvolver-se equilibradamente.

Com o nosso impulso, pela primeira vez se falou, pública e pluridisciplinarmente, de problemas gravíssimos que atingem as nossas crianças (a criança maltratada e vítima de abuso sexual e o consumo de droga), assim como a divulgação de experiências de intervenção comunitária e as várias formas de acolhimento às crianças em idade pré-escolar, também com iniciativas de intervenção directa em domínios não cobertos pelo Estado,

nem por outras entidades. De salientar o dinamismo dos Projectos Trabalho de Rua em Família para Crescer, o SOS-Criança, a Actividade Lúdica e a Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança em Pediatria.

De mãos dadas com outras instituições, dividindo e comungando saberes, demos assim voz às pessoas que trabalham no terreno, fomentámos redes informais e projectos inovadores, sem procurar visibilidade mediática: num profundo sentido de responsabilidade e consciência cívica.

Com a meta de contribuirmos para a construção de um futuro menos amargo para as nossas crianças, o IAC, hoje, continua a caminhada, e quer fazer sempre mais e melhor, quer chegar cada vez mais longe, procurando estimular, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da infância em Portugal. Com saber técnico e amor, continuaremos a pôr em prática a utopia de servir a criança.

MANUELA LANES